



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026

MUNICÍPIO DE ITAPUCA/RS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

## **1. DO OBJETO**

1.1. REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA FREI PIO BOSQUETI - QUARTA ETAPA, COMPOSTA DE ACESSO PARA OS BANHEIROS, REVITALIZAÇÃO DA CALÇADA DO ESPAÇO SOCIAL E IMPLANTAÇÃO DE FLOREIRAS NA ESCADARIA, LOCALIZADA NA RUA ARVOREZINHA ESQUINA COM RUA JOÃO PAGNUSSAT, CENTRO, ITAPUCA- RS;

Item	Descrição	Quantidade	Valor
01	Revitalização da Praça Frei Pio Bosqueti - Quarta Etapa; Acesso para os banheiros, revitalização da calçada do espaço social e implantação de floreiras na escadaria;	01	R\$ 127.763,78

1.2. O prazo do contrato será de 12 meses a contar da data da ordem de início, sendo que o prazo para execução será de 60 (sessenta) dias conforme cronograma físico financeiro;

1.3. Ambos os prazos poderão ser prorrogados, desde que solicitado durante a vigência do período anterior e mediante justificativa da futura contratada.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação de serviços para a reforma da Praça Frei Pio Bosqueti no município de Itapuca tem como finalidade proporcionar maior qualidade de vida à população, qualificando o espaço como local de lazer e convivência no município, além de viabilizar a realização de eventos públicos;

2.2. O principal objetivo da intervenção é requalificar o espaço urbano, tornando-o mais atrativo para a socialização, a prática de esportes e atividades de lazer, bem como para a realização de eventos. Busca-se, ainda, promover um ambiente que favoreça a convivência entre crianças, jovens e adultos, contribuindo para a saúde mental e a integração da comunidade;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

2.3. As melhorias previstas tornarão a praça municipal mais acessível, esteticamente agradável e melhor estruturada, ampliando seu aproveitamento tanto pela população local quanto por visitantes;

2.4. Destaca-se que a presente demanda está alinhada aos princípios da administração pública, especialmente os da eficiência e da economicidade, visando à otimização dos recursos disponíveis e ao adequado cumprimento das obrigações institucionais;

2.5. Dessa forma, a revitalização da Praça Frei Pio Bosqueti configura-se como um investimento estratégico em infraestrutura, garantindo melhor aproveitamento do espaço e recursos públicos em prol a comunidade do município.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do objeto compreenderá a realização dos serviços de **Revitalização da Praça Frei Pio Bosqueti – Quarta Etapa**, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. O serviço será prestado na Praça Municipal Frei Pio Bosqueti, situada Rua Arvorezinha esquina com Rua João Pagnussat, Centro, Itapuca- RS.

5.2. Início da execução do objeto: Após a emissão da ordem de início com conclusão em até 60 (sessenta) dias conforme cronograma;

A execução deverá contemplar, dentre outras atividades:

- Serviços preliminares, incluindo locação da obra e organização do canteiro;
- Remoção do piso existente, com reaproveitamento dos materiais conforme especificações;
- Execução de pavimentação com pedra basáltica, incluindo adequações de acessibilidade com implantação de piso tátil;
- Construção de floreiras em pedra basáltica, com base em concreto e sistema de drenagem;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

- Execução de piso em concreto armado e polido no acesso aos banheiros;
- Adequações e acabamentos, incluindo instalação de soleiras e demais elementos previstos em projeto;
- Limpeza final da obra e destinação adequada dos resíduos.

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os profissionais, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário, sem qualquer ônus adicional ao Município;

5.4. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações da fiscalização, sendo vedada qualquer alteração sem prévia autorização da Administração.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os serviços serão prorrogados pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

6.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

6.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

- 6.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- 6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 6.10. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 6.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução dos serviços, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RECEBIMENTO.**

- 7.1. O pagamento será realizado mediante depósito ou transferência bancária diretamente na conta do contratado em até 30 dias após a emissão do documento fiscal e de conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, Laudo Técnico (quando for o caso) e Boletim de Medição, desde que o objeto contratado tenha sido executado, atestado e aprovado pelo CONTRATANTE, conforme serviços constantes no termo de referência, planilhas, projetos e demais anexos;
- 7.2. Em caso de realização do serviço de forma parcial, ao final do prazo decorrido do contrato, a fiscalização notificará a CONTRATADA, informando o ocorrido e, considerar-se-á como inadimplemento contratual, tendo em vista a não entrega de todo o serviço contratado;
- 7.3. Para pagamento da primeira parcela, serão exigidos os seguintes documentos:
- I – ART ou RRT da Execução Total da Obra;
  - II – Matrícula total da obra junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

7.4. Para pagamento da última parcela, será exigida a Certidão Negativa de Débito da obra, junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e a DCTF/Web referente à obra.

OBS.1: O Município poderá a cada nota fiscal emitida pela Contratada solicitar a apresentação das guias de recolhimento do FGTS e INSS dos colaboradores alocados na obra referente ao mês anterior;

OBS.2: Nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal do Brasil e de acordo com a tese fixada no Tema nº. 1130 da Repercussão Geral do STF que deu interpretação conforme à Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº. 9.430/1996 para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pela Administração Municipal a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, para fins de imposto de renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I da Constituição Federal, nas contratações de empresas enquadradas no sistema de lucro presumido ou lucro real, será observado o disposto no art. 64 da Lei Federal nº. 9.430/96 e também a Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal do Brasil, devendo a empresa destacar o valor a ser retido, na respectiva Nota Fiscal, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 2º da IN 1234/2012;

OBS.3: Para fins de conhecimento, informa-se que a Lei Municipal nº 2.718 de 29 de agosto de 2025 alterou a base de cálculo do ISS dos subitens 7.02 e 7.05 para o preço total do serviço prestado, incluindo o material empregado no serviço, atendendo posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, as notas fiscais emitidas para o Município de Itapuca, a contar de 1º de janeiro de 2026, deverão destacar corretamente a retenção do ISS, conforme lei aprovada.

7.5. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*;

7.6. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria;

7.7. Em caso de erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

7.8. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor poderá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da concorrência eletrônica e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e serviços para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.9. O descumprimento das obrigações acima poderá ensejar a suspensão do pagamento até a devida regularização;

7.10. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, com o edital e seus anexos;

7.11. O objeto do contrato somente será recebido após a conclusão integral da obra e/ou do serviço, mediante termo de recebimento, da seguinte maneira:

7.11.1. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, datado e assinado pelo fiscal e pelo representante da CONTRATADA, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, dentro de 10 (dez) dias consecutivos da comunicação escrita da CONTRATADA:

a) Quando os serviços estiverem em conformidade com todos os requisitos técnicos estabelecidos no contrato, o termo de recebimento, com o registro da conclusão integral da obra, será encaminhado ao gestor do contrato;

b) Quando os serviços apresentarem inconformidades com os requisitos técnicos estabelecidos no contrato, o fiscal deverá relacionar os itens a serem corrigidos ou refeitos, com as devidas justificativas, fixando o prazo para correção, que não poderá ser superior a 20 (vinte) dias consecutivos;

c) Após a correção das inconformidades apontadas no termo de recebimento, a CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, para que o fiscal do contrato realize nova vistoria a fim de verificar o cumprimento das correções solicitadas. Em caso de aprovação, o termo de recebimento, com o registro da conclusão integral da obra e/ou serviços, será encaminhado ao gestor do contrato;

d) Em caso de não cumprimento das correções solicitadas, o fiscal do contrato deverá relacionar os itens ainda em desconformidade, fixando o último prazo para correção, que não poderá ser superior a 10 (dez) dias consecutivos. Caso as correções não sejam aprovadas pela fiscalização, no prazo definido, será elaborado termo circunstanciado e encaminhado ao gestor do contrato, junto com o termo de recebimento provisório, para providências cabíveis;

7.11.2. Definitivamente, por gestor ou fiscais designados pela autoridade competente, mediante termo de recebimento detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

7.13. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado;

7.14. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções dos serviços executados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no termo de recebimento provisório;

7.15. Após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a garantia prestada pela CONTRATADA, quando houver, será liberada.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, da forma eletrônica, sendo adotada a modalidade de Concorrência Eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**;

8.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas que apresentarem valores incompatíveis com os custos de mercado ou manifestamente inferiores aos necessários para a execução do objeto, podendo a Administração solicitar comprovação de exequibilidade;

8.3. A Administração poderá realizar diligências para verificar a viabilidade técnica e econômica da proposta apresentada;

8.4. O fornecedor que apresentar a melhor proposta deverá apresentar os seguintes documentos para comprovar sua **Regularidade Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista e Técnica**:

### **8.4.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

8.4.1.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá enviar os documentos estipulados em edital conforme abaixo:

### **8.4.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

- b)** Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d)** Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021;
- e)** Declaração assinada pelo representante da empresa, sob pena de inabilitação, conforme art. 44 da Portaria Interministerial 424/2016, de que: não consta no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; não consta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedida ou suspensa e que não consta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

**8.4.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a)** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante;
- d)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e)** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f)** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

**8.4.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;
- c) Para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula, devendo a licitante apresentar as mesmas já calculadas referentes aos dois últimos exercícios já encerrados:

AC

LIQUIDEZ CORRENTE:----- = índice mínimo: 1,00

PC

AC + ARLP

LIQUIDEZ GERAL:----- = índice mínimo: 1,00

PC + PELP

Onde: AC = Ativo Circulante; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo.

**8.4.5.** É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório;

**8.4.6.** Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil;

**8.4.7.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

**8.4.8.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade;

**8.4.8.1.** A substituição referida no item anterior somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo;

**8.4.9.** Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

**8.4.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.4.11.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.4.12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**8.4.12.1.** Para fins de habilitação de qualificação técnica as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

**a)** Declaração, de que recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, bem como, prova feita por intermédio da apresentação, em original, do ATESTADO DE VISITA fornecido e assinado pelo servidor do Município de Itapuca, ou declaração da licitante de que o seu Responsável Técnico ou outro profissional de qualificação correlata visitou o local da execução dos serviços e tomou conhecimento das condições para execução do objeto desta licitação, quando for o caso. O ATESTADO DE VISITA pode ser substituído por declaração em que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização do objeto do contrato, conforme o § 2º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**b)** Capacidade técnica operacional ou empresarial:

**b.1.** Registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Classe (CREA/CAU) da região da sede da empresa;

**b.2.** Apresentação de certidões ou atestados, em nome da empresa licitante, regularmente registrados junto ao conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da presente licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos definidos neste termo;

**b.3.** As características semelhantes para comprovação da capacidade operacional do licitante, na forma do art. 67, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021, são cumulativamente:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

Item	Descrição dos Serviços	Quantidade Mínima
1	EXECUÇÃO DE PISO BASÁLTICO REAPROVEITADO	111,66m <sup>2</sup>
2	MURO DE ARRIMO EM PEDRA BASÁLTICA	28,50m <sup>2</sup>
3	PISO DE CONCRETO ARMADO	28,87m <sup>2</sup>

**b.4.** O licitante deverá comprovar sua experiência anterior na execução de todos os serviços discriminados, mediante apresentação de atestados de obras já concluídas;

**b.5.** Será admitida a soma de atestados ou certidões apresentados pela licitante, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**8.4.12.2 – Capacidade técnica profissional:**

**a)** Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Classe – CREA/CAU da região da sede da empresa;

**b)** Comprovação de que o licitante possui profissional devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA/CAU), e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços/obras de características semelhantes aos indicados neste edital, considerando-se as parcelas de maior relevância aquelas também definidas por este edital;

**b.1.** As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-profissional do licitante, na formado art. 67, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021, são cumulativamente:

Item	Descrição dos Serviços
1	EXECUÇÃO DE PISO BASÁLTICO REAPROVEITADO
2	MURO DE ARRIMO EM PEDRA BASÁLTICA
3	PISO DE CONCRETO ARMADO

**b.1.1.** A licitante deverá comprovar o vínculo do (a) profissional responsável técnico (a) por meio de carteira de trabalho, contrato social ou contrato de prestação de serviço, na data da licitação;

**b.1.2.** O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra objeto desta licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ITAPUCA

**b.1.3.** Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados;

**b.1.4.** No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico todas serão inabilitadas;

**b.1.5.** Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Agente de Contratação e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

## **9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Para a presente contratação almejada, estima-se o valor total de **R\$ 127.763,78** (cento e vinte e sete mil setecentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos);

9.2. A pesquisa de preços fora realizada nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

2043 – AJARDINAMENTO E MANUTENÇÃO DA PRAÇA E DAS RUAS.

449051:2500/0001 – 678 - OBRAS E INSTALAÇÕES.

449051:1500/0001 – 236 - OBRAS E INSTALAÇÕES.

Itapuca, 08 de maio de 2026.

---

Elizandro Ferreira Taborda  
Secretário Municipal de Obras

---

Charlise Ferreira Signor Burille  
Coordenador Administrativo